



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de sistema de armazenamento em estrutura porta paletes

Florianópolis, outubro de 2020



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## **1 Objeto da Contratação**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, montagem e instalação de sistema de armazenamento em estrutura porta paletes no galpão do TRESC, localizado à Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, em Palhoça/SC, conforme especificações deste Projeto Básico e layout anexo.

## **2 Fundamentação da Contratação**

### **2.1 Motivações**

A alocação do armazenamento das urnas eletrônicas (UEs) de propriedade do TRESC em um novo galpão motivou a contratação de um sistema de armazenamento em estrutura porta paletes para o acondicionamento dos paletes de UEs e de bens e materiais. A escolha deste tipo de sistema foi devido à fácil adaptação a qualquer tipo de carga, além da possibilidade de utilização da empilhadeira e das paleteiras de propriedade do TRESC.

### **2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios**

Com esta contratação, espera-se melhor estruturar o depósito das UEs deste Tribunal, propiciar um local adequado, eficiente e seguro de armazenamento, otimizar a utilização do espaço do galpão, por meio da armazenagem verticalizada, garantindo o acesso rápido e direto a qualquer item armazenado, zelando sempre pelo patrimônio da União.

### **2.3 Alinhamento Estratégico**

Esta contratação alinha-se com o objetivo estratégico OE4.

### **2.4 Estudos Preliminares do Objeto**

Estudos Preliminares juntado ao PAE 25.537/2020.

### **2.5 Demanda prevista X Quantidade a ser contratada**

As demandas previstas foram levantadas junto às unidades que utilizarão o sistema vertical de armazenamento e serão as mesmas a serem contratadas, estando contempladas, em detalhes, neste documento.

### **2.6 Objetos Disponíveis**

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.7 Caracterização e Composição do Objeto

#### 2.7.1 Condições de Projeto

Os requisitos de projeto estão a seguir descritos:

- largura do corredor operacional ( $Co_{min}$ ) igual a 2650 mm, em função das paleteiras e empilhadeiras de propriedade do TRESP;
- altura do último nível de longarinas deve ser 200 mm menor que a altura máxima de elevação do garfo da empilhadeira de propriedade do TRESP, qual seja, 5400 mm;
- não poderá haver interferência entre a posição dos módulos porta paletes com outras instalações da edificação, tais como rede de prevenção de incêndios ou rede elétrica ou hidrossanitária/águas pluviais;
- a altura das cargas em cada paleta será igual a 1800 mm;
- devem ser previstos contraventamentos e amarrações nas partes posteriores dos montantes para fins de travamento e estabilização da estrutura, contemplando dois ou três módulos, a critério do projetista;
- devem ser atendidas as folgas mínimas para operação, em função dos equipamentos de movimentação de propriedade do TRESP (elencados a seguir), como especifica a Tabela 1 da NBR 15524-2:2007;
- o dimensionamento da estrutura porta paletes deve atender aos requisitos estabelecidos nos itens 5 e 6 da NBR 15524-2:2007;
- a montagem da estrutura porta paletes deve atender a todos os requisitos estabelecidos no item 7 da NBR 15524-2:2007. Caberá à Contratada, avaliar as condições de nivelamento do piso do galpão ANTES de proceder à montagem da estrutura porta paletes. Não serão permitidos calços com altura maior que 60 mm;
- os paletes a serem utilizados na estrutura porta paletes possuem as seguintes características dimensionais e de capacidade de carga: 1000 x 1200 x 150 a 180 mm (largura x comprimento x altura); capacidade estática mínima de 1500 kg, capacidade dinâmica mínima de 1200 kg, capacidade de carga para porta paleta de 1000 kg.

Os modelos das paleteiras e empilhadeiras de propriedade do TRESP são:

- **EMPILHADEIRA** motorizada empilhadeira elétrica com as seguintes características: capacidade mínima decarga: 1000 kg; elevação mínima de 5400 mm - elétrica; bateria tracionária 24 v x 324 ah (inclusa); alimentação: cc - corrente contínua; sistema de tração elétrica, com operador a pé. **paletrans** - pt1654 <http://www.paletrans.com.br/produto-detahes/eletricas-patoladas/pt1654-elevacao-5400-mm-bateria-tracionaria>
- **CARRINHO** tipo pallet manual hidráulico, com capacidade de 2.000 kg, rodas de nylon, alavanca com comando ergonômico. **MENEGOTTI**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<https://www.acasadosmacacos.com.br/carro-hidraulico-estreito-2-ton-rodagem-simples-40800102-menegotti/p>

- **CARRINHO** tipo pallet hidráulico para carga mínima de 2000 kg. **PALETRANS**. TM-2000  
[https://www.google.com/search?q=CARRINHO+TIPO+PALLET+HIDR%C3%81ULICO+PARA+CARGA+M%C3%80NIMA+DE+2000+KG.+PALETRANS.+TM-2000&rlz=1C1GCEU\\_pt-BRBR868BR868&oq=CARRINHO+TIPO+PALLET+HIDR%C3%81ULICO+PARA+CARGA+M%C3%80NIMA+DE+2000+KG.+PALETRANS.+TM-2000&aqs=chrome..69i57j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=CARRINHO+TIPO+PALLET+HIDR%C3%81ULICO+PARA+CARGA+M%C3%80NIMA+DE+2000+KG.+PALETRANS.+TM-2000&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR868BR868&oq=CARRINHO+TIPO+PALLET+HIDR%C3%81ULICO+PARA+CARGA+M%C3%80NIMA+DE+2000+KG.+PALETRANS.+TM-2000&aqs=chrome..69i57j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8)

### 2.7.2 Materiais

Os elementos de aço com função estrutural (montantes e longarinas) devem ter qualificação estrutural e possuir propriedades mecânicas adequadas para o trabalho a frio, atendendo às especificações da NBR 15524-2:2017, item 3.1.

Os montantes (estrutura vertical de apoio das longarinas) terão altura mínima de 5500 mm, sendo fabricados em aço-carbono estrutural de baixa liga e alta resistência mecânica, com espessura mínima igual a 2 mm (dois milímetros), sem emendas. Devem possuir colunas interligadas por travessas e diagonais, sendo fixados no piso por meio de sapatas, em perfil reforçado de 2,65 mm (dois vírgula sessenta e cinco milímetros) de espessura ou mais, que distribuirão as cargas de apoio ao piso. A fixação das colunas e sapatas deverá ser feita por meio de chumbadores físicos e/ou químicos (parabolts), de dimensão igual a 3/8"x 2 1/2" (mínimo), como ilustra a Fig. 1.

Os parafusos (parabolts) para chumbamento de colunas, sapatas e elementos de proteção devem possuir qualificação estrutural, sendo de alta resistência. Quando necessário, poderão ser utilizadas chapas niveladoras (calços), desde que não ultrapasse a altura de 60 mm.

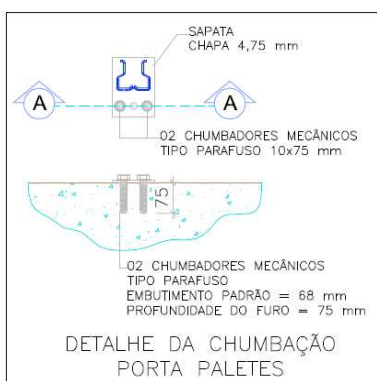


Figura 1 – Detalhe do chumbamento dos montantes por meio de sapatas.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em todas as colunas localizadas nas áreas de circulação e movimentação de carga deverão ser instalados protetores de colunas de 300mm de altura (mínimo), para proteger a estrutura contra eventuais impactos dos equipamentos de movimentação ou carga. Deverão ser instalados protetores laterais paralelos e externos aos conjuntos de montantes (altura mínima de 400mm), a fim de isolar os conjuntos das áreas de tráfego intenso de equipamentos de movimentação, prevenindo choques não intencionais, como ilustram a Fig.2. Os protetores de coluna e os protetores laterais de montantes devem, obrigatoriamente, ser instalados nas áreas de circulação das empilhadeiras/paleteiras.

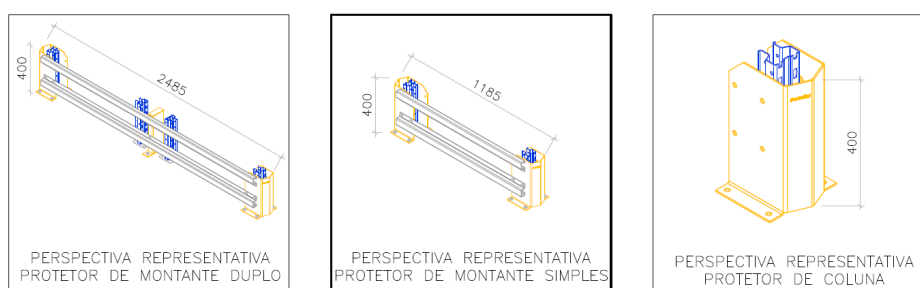
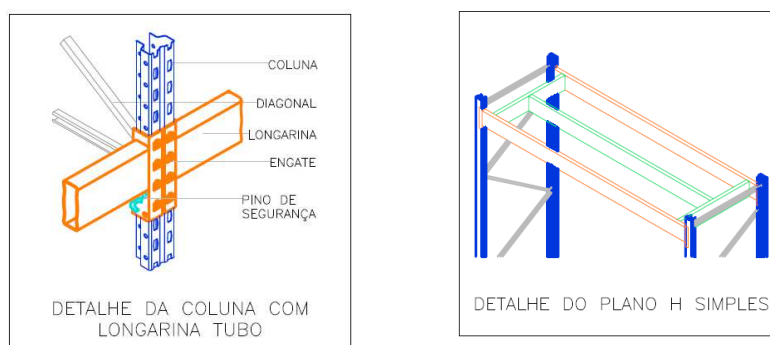


Figura 2 – Protetores de montante (duplo e simples) e protetor de coluna.

As longarinas metálicas (perfis horizontais) devem ser conectadas nas extremidades nas colunas, em pares, em um mesmo plano horizontal, para suportar o peso das unidades de carga paletizadas (Fig. 3a). As longarinas serão em aço carbono estrutural de baixa liga e alta resistência mecânica, com altura mínima igual a 140 mm (cento e quarenta milímetros) e comprimento útil igual a 2.300 mm (dois mil e trezentos milímetros). Cada par de longarinas, por nível, deve suportar carga equivalente a 2.000 kg (mínimo). Em cada nível de longarinas serão instalados planos “H”, que garantirão um melhor apoio aos paletes (Fig. 3b). O último nível de longarinas deve estar a, no máximo, 5200 mm de altura.



(a)

(b)

Figura 3 – (a) Detalhe da ligação das longarinas com os montantes; (b) Instalação de perfil “H” no nível das longarinas



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O módulo do sistema porta paletes é composto pelo conjunto de dois montantes adjacentes e pelos pares de longarinas que os unem. Entre montantes adjacentes ou entre montantes e quaisquer elementos da edificação (pilares, paredes, etc.), devem ser instalados distanciadores em número adequado. A critério do projetista responsável, a cada dois ou três módulos, deverão ser instalados contraventamentos nas partes posteriores dos montantes.

A montagem da estrutura será feita com parafusos sextavados, porcas e arruelas todos zincados, de acordo com o layout definido pelo TRESC. Os calços que vierem a ser utilizados para a compensação de eventual desnível do piso são de responsabilidade da Contratada.

Cada módulo do sistema de armazenamento porta paletes terá altura mínima igual a 5500 mm (montantes), comprimento igual a 2300 mm e largura igual a 1000 mm de profundidade.

Todos os materiais a serem fornecidos devem estar de acordo com as normas técnicas vigentes, em especial, NBR 15.524-2:2007. Os elementos em aço com função estrutural que compõem o sistema de armazenamento em porta paletes devem atender aos requisitos da Tabela 2 da referida norma.

Os paletes serão carregados no sentido indicado na Fig. 4a.

### QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS

- Para o depósito de urnas (SAU): 194 (cento e noventa e quatro) módulos de estrutura porta paletes.
- Para o depósito de móveis (SAEM): 4 (quatro) módulos de estrutura porta paletes.

### **Observações:**

- Cada módulo possui 6 posições e deve ser composto por três níveis (chão + 2 níveis), com altura máxima do último nível de longarinas igual a 5200 mm (20 cm menor que a capacidade máxima de elevação da empilhadeira igual a 5400 mm) (Fig. 4b).
- A resistência à compressão da laje de piso está dimensionada para carga acidental igual a 2.000 kg/m<sup>2</sup>, conforme informação do proprietário do imóvel em mensagem encaminhada à SEA, em 5.8.2020.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

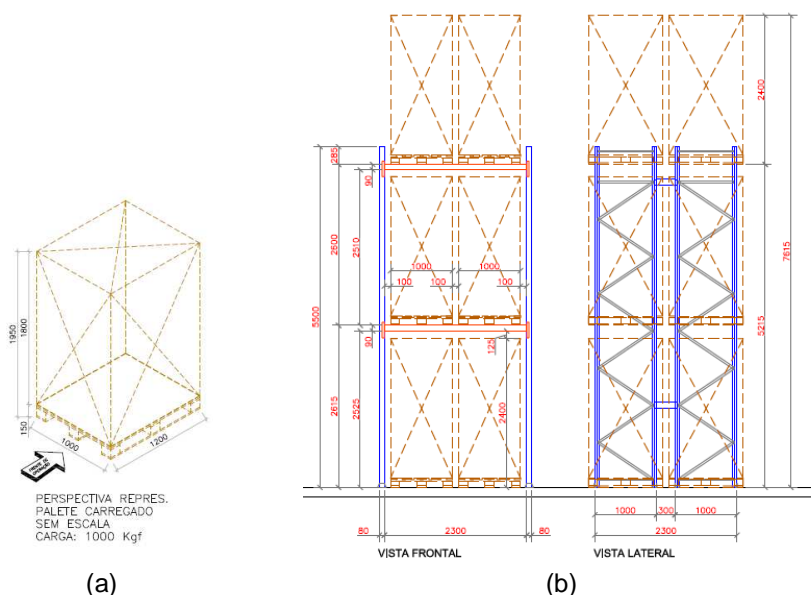


Figura 3 – (a) Sentido carregamento dos paletes; (b) Vistas frontal e lateral dos módulos de porta paletes.

### 2.7.3 Tratamento Superficial da Estrutura

O tratamento superficial da estrutura do sistema de armazenamento em porta paletes deve garantir a segurança da operação e a prevenção da corrosão, considerando-se a instalação em ambiente urbano, industrial e com presença de maresia.

Os componentes do sistema de armazenamento executados em aço-carbono estrutural, após as operações de corte, dobra e furação, passarão pelo processo de decapagem química para, em seguida, receberem duas demãos de pintura antioxidante à base de óxido de zinco ou tratamento por fosfatização. Para o acabamento final, receberão pintura híbrida a pó de poliéster e epóxi, com secagem em estufa. A pintura não deve apresentar fissuras ou trincas durante toda a sua vida útil. Os ensaios de aderência para tintas devem seguir a NBR 11003:1990.

A utilização de cores diferentes entre montantes e longarinas melhora a visualização dos elementos, minimizando as batidas e a colocação incorreta dos paletes. Dessa forma, os elementos da estrutura do sistema de armazenamento em porta paletes devem possuir, preferencialmente:

- cor azul escura ou cinza: montantes, contraventamentos, distanciadores, sapatas;
- cor laranja: longarinas;
- cor amarela ou laranja: protetores de coluna e protetores de montantes.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.7.4 Fornecimento de Serviços

Deverão ser fornecidos nesta contratação:

- ANTES do fornecimento da estrutura:
  - 1) Projeto Executivo de montagem da estrutura de armazenamento em porta paletes, com fornecimento de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional habilitado responsável.
  - 2) Laudos técnicos do sistema de armazenamento em estrutura porta paletes, que comprovem: a resistência à compressão das colunas dos montantes (com a descrição do tipo de aço estrutural utilizado); a capacidade de carga das longarinas (com a descrição do tipo de aço estrutural utilizado); a aderência da pintura de revestimento das peças metálicas, com resistência mínima a 360 horas a corrosão por exposição.
  - 3) Conferência das condicionantes locais e das medidas necessárias, especialmente das tolerâncias máximas admissíveis para o nivelamento do piso.
- Montagem da estrutura do sistema de armazenamento em porta paletes, de acordo com as orientações técnicas do fabricante, seguindo os requisitos obrigatórios de segurança das estruturas e dos operários (NBR 15524-2:2007 e NR-18). A execução dos serviços de montagem e instalação das estruturas porta paletes deverá ser acompanhada pelo responsável técnico da empresa contratada, que deve possuir habilitação profissional legal para responder pelos serviços objeto desta contratação.
- Inspeção final do sistema de armazenamento em porta paletes por profissional habilitado, que contemple: o posicionamento e a fixação dos elementos estruturais; a verificação dimensional dos elementos estruturais; análise visual; registro fotográfico; e, documentação comprobatória do atendimento dos materiais/sistema às normas ABNT correlatas e fornecimento de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços de montagem executados, que ateste o atendimento de todas as tolerâncias máximas admitidas pelo item 9 da NBR 15524-2:2007.
- Todos os serviços a serem executados deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes, em especial, com a NBR 15.524-2:2007.
- Garantia do sistema de armazenamento em estrutura porta paletes de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos na estrutura porta paletes ou em sua montagem, após o recebimento definitivo dos serviços.

### ATENÇÃO

- A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços em perfeito acabamento. ANTES do início da execução dos serviços, a empresa vencedora





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

deverá conferir as medidas no local, bem como avaliar as condicionantes para a execução da contratação.

- Referências de fornecedores de sistemas de armazenamento em porta paletes: Tedesco Sistemas de Armazenagem; Mecalux; Bertolini Sistemas de Armazenagem; Tubomar.
- A indicação de marcas presta-se tão somente para determinar os requisitos mínimos que devem estar presentes no objeto, aceitando-se produtos similares ou de características superiores aos especificados.
- A empresa licitante deverá indicar, no momento da licitação, a marca e a especificação completa do sistema de armazenamento em estrutura porta paletes que será fornecido.
- Em caso de dúvidas a Seção de Engenharia e Arquitetura (SEA) deverá ser consultada pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).
- Local de entrega e montagem: Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, em Palhoça/SC.

### 2.8 Parcelamento e Adjudicação

Recomenda-se que a contratação seja licitada e adjudicada globalmente, devido a peculiaridades existentes nos sistemas de armazenamento porta paletes de cada fornecedor específico.

### 2.9 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer os materiais e serviços nas condições estipuladas pelo TRESC.

#### 2.9.1 Critérios de Habilitação

Para a habilitação do(s) fornecedor(es) deverão ser observados os seguintes critérios:

Id.	Critério de Habilitação
1	Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao respectivo conselho de classe, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
2	Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional legalmente habilitado, detentor de CAT(s) e/ou ART(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico: a) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no conselho de classe pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação (fornecimento e montagem de sistema de armazenamento em estrutura porta paletes); b) O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.
3	Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação – fornecimento e montagem de sistema de armazenamento em estrutura porta paletes.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.9.2 Critérios Técnicos Obrigatórios

Id.	Critério Técnico	Benefício/Justificativa
1	Atendimento dos critérios técnicos de habilitação.	Garantir que a empresa a ser contratada atenda aos critérios técnicos exigidos para o fornecimento de materiais e execução dos serviços de montagem.
2	Atendimento das especificações exigidas.	Garantir a perfeita montagem do sistema de armazenamento em estrutura porta palete, com módulos de 3 níveis – chão + 2 níveis, de forma a garantir sua integridade e estabilidade.

### 2.10 Modalidade e Tipo de Licitação

Sugere-se que a modalidade de licitação a ser adotada seja o Pregão Eletrônico e o tipo de licitação, a de menor preço ou da proposta mais vantajosa para a Administração.

### 2.11 Impactos Ambientais

Os impactos ambientais gerados pelos serviços são os ruídos da montagem do sistema de armazenamento em estrutura porta paletes.

### 2.12 Conformidade Técnica

Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, legislações vigentes e normas ABNT e/ou internacionais, no que couber.

- NBR 15524, Partes 1 e 2 – Sistemas de Armazenagem: Terminologia e Diretrizes para o uso de estruturas tipo porta paletes seletivos.
- NBR 6.120:2019 – Ações para o cálculo de estruturas de edificações.
- NBR 8.800:2008 – Projetos de estruturas de aço.
- NBR 14.762:2010 – Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis conformados a frio.
- EN 15512 – Estantes reguláveis para carga paletizada. Princípio real para o desenho estrutural.
- EN 15620 – Estantes reguláveis para carga paletizada. Tolerâncias, deformações e folgas.
- EN 15629 – Armazenagem em estantes metálicas. Especificação de equipamentos de montagem.
- EN 15635 – Armazenagem em estantes metálicas. Uso e manutenção do equipamento de armazenamento.
- FEM 10.2.16 – Desenho e utilização de protetores de estantes para estantes reguláveis para carga paletizada.
- NBR 9094:1983 – Material metálico revestido e não revestido – Corrosão por exposição à névoa salina - Método de ensaio no mínimo 500 horas.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- NBR 10443:2008 – Tintas e vernizes – Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas – Método de ensaio de no mínimo 80 micras.
- NBR 11003:2009 – Tintas – Determinação da aderência.
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual.
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

### 2.13 Obrigações da(s) Proponente(s)

Recomenda-se à(s) empresa(s) proponente(s) realizar(em) visita técnica no local onde será prestado o serviço.

Caso a(s) empresa(s) opte(m) pela realização de visita técnica, esta deverá ser:

- previamente agendada com a Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, das 13 às 18 horas, através do email [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br) ou do telefone (48) 98807-5233;
- realizada pelo representante indicado pela empresa; e,
- acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento do local da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

### 2.14 Obrigações da Contratante

2.14.1 Autorizar o início dos serviços.

2.14.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa contratada, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.

2.14.3 Promover, através de seus representantes, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.14.4 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

2.14.5 Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

2.14.6 Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.15 Obrigações da Contratada

2.15.1 Executar os serviços nas condições estipuladas neste Projeto Básico, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

- Os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, ou outro horário a ser combinado com o Gestor do Contrato, sem prejuízo ao andamento das atividades nos locais das intervenções.
- Os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados, desde que solicitados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devidamente justificados e aprovados pelo Gestor do Contrato, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

2.15.2 Tomar as seguintes providências em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:

- i. Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART), que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.
- ii. Apresentar o visto do respectivo conselho de classe de Santa Catarina, se a empresa for sediada em outra jurisdição.
- iii. Apresentar, na forma da lei, seguro coletivo contra acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução do serviço, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis nº 8.212, de 24/07/1991 e nº 8.213, de 24/07/1991.
- iv. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura (SEA) a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART(s), devidamente registrada no conselho de classe, de execução dos serviços contratados.
- v. Entregar o Projeto Executivo de montagem da estrutura de armazenamento em porta paletes, com fornecimento de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional habilitado responsável.
- vi. Entregar os laudos técnicos do sistema de armazenamento em estrutura porta paletes.
- vii. Visitar o local de execução dos serviços e emitir parecer sobre a regularidade do piso e atendimento às exigências normativas em relação ao seu nivelamento.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- viii. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEA, no local onde serão realizados os serviços.
  - ix. Apresentar o documento de Análise Preliminar de Riscos – APR para trabalho em altura, elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, com o fornecimento da respectiva ART, arcando com os custos necessários.
  - x. Fornecer a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
  - xi. Apresentar o certificado de conclusão do curso de treinamento na NR-35, dentro do prazo de validade, assim como o respectivo atestado de saúde ocupacional (ASO), em que esteja consignada a aptidão para o trabalho em altura para todos os funcionários que forem executar trabalho em altura.
- 2.15.3 Apresentar, por ocasião de cada ato de pagamento, a documentação comprobatória do último recolhimento dos encargos sociais efetuados pela CONTRATADA, com a relação nominal dos empregados beneficiários e a certidão negativa de débitos trabalhistas emitida na data da emissão da Nota Fiscal do respectivo pagamento, para cumprimento às disposições constantes nos artigos 27, IV, 29, V e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440/2011.
- 2.15.4 Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.
- 2.15.5 Assegurar que seus empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços.
- 2.15.6 Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.
- 2.15.7 Executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes.
- 2.15.8 Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 2.15.9 Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.15.10 Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.
- 2.15.11 Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.
- 2.15.12 Recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.
- 2.15.13 Inspecionar toda a estrutura porta paletes antes de sua liberação para uso, fornecendo Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assinada pelo profissional habilitado responsável.
- 2.15.14 Responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.
- 2.15.15 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência da SEA/CIS/TRESC.
- 2.15.16 Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.15.17 Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, para que não haja risco de paralisação dos serviços.
- 2.15.18 Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.
- 2.15.19 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.15.20 Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.15.21 Manter no local de prestação dos serviços a Ficha de Registro de todos os empregados, contendo nome, RG e função.
- 2.15.22 Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESO nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- 2.15.23 Reforçar a equipe de operários se ficar constatada sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.
- 2.15.24 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 2.15.25 Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 70 da Lei n. 8.666/93: "O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado".
- 2.15.26 Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados.
- 2.15.27 Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.
- 2.15.28 Assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados, até o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do Contrato, nos termos do artigo 618 do Código Civil – Lei 10.406/2002.

### **2.16 Custos Estimados da Contratação**

Os custos para esta contratação estão estimados nos Estudos Preliminares anexo ao PAE n. 25.537/2020.

## **3 Especificações Técnicas Detalhadas**

### **3.1 Requisitos Técnicos**

Os requisitos técnicos estão detalhados no item 2.7 deste documento.

#### **3.1.1 Marcas e Modelos/Códigos de Referência**

As marcas de referência, códigos e modelos, elencados no item 2.7 deste Projeto Básico, prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

### **3.1.2 Códigos SIASG**

Código do serviço no SIASG: 150.269.

### **3.1.3 Vigência**

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pela(s) unidade(s) responsável(is).

Florianópolis, 16 de outubro de 2020.

VALÉRIA LUZ LOSSO FISHER  
Integrante Demandante

PALMYRA FARINAZZO REIS REPETTE  
Integrante Técnico

GERALDO LUIZ SAVI JUNIOR  
Integrante Administrativo





# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

A CONTRATADA deverá participar, dentro do período compreendido entre o recebimento do contrato devidamente assinado e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEA, no local onde serão realizados os serviços.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser executados em até 45 (quarenta e cinco) dias. A contagem do prazo para a execução iniciar-se-á a partir da data definida na autorização emitida pela SEA.

A autorização da SEA ficará condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações do licitante vencedor no prazo de até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA:

- a) Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.
- b) Apresentar o visto do respectivo conselho de classe de Santa Catarina, se a empresa for sediada em outra jurisdição.
- c) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a execução do serviço objeto desta contratação, arcando com os custos necessários.
- d) Entregar o Projeto Executivo de montagem da estrutura de armazenamento em porta paletes, com fornecimento de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional habilitado responsável.
- e) Entregar os laudos técnicos do sistema de armazenamento em estrutura porta paletes.
- f) Visitar o local de execução dos serviços e emitir parecer sobre a regularidade do piso e atendimento às exigências normativas em relação ao seu nivelamento.
- g) Participar de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEA no local onde serão realizados os serviços.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- h) Apresentar o documento de Análise Preliminar de Riscos – APR para trabalho em altura, elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, com o fornecimento da respectiva ART, arcando com os custos necessários.
- i) Fornecer à SEA a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
- j) Apresentar à SEA o certificado de conclusão do curso de treinamento na NR-35, dentro do prazo de validade, e o respectivo atestado de saúde ocupacional (ASO) em que esteja consignada a aptidão para o trabalho em altura para todos os funcionários que forem executar trabalho em altura.

A CONTRATADA deverá agendar com a SEA o início dos serviços, pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br), com no mínimo 3 (três) dias de antecedência.

A comunicação entre o TRESC e a CONTRATADA poderá ocorrer pelos seguintes canais:

- por meio de contato telefônico: (48) 98807-5233.
- pelo e-mail: [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).
- pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

Qualquer dúvida técnica quanto ao projeto, especificação de materiais ou execução dos serviços deverá ser esclarecida junto à SEA/CIS/TRESC.

Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, ou outro horário a ser combinado com o Gestor do Contrato, sem prejuízo ao andamento das atividades nos locais das intervenções.

Os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados, desde que solicitados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devidamente justificados e aprovados pelo Gestor do Contrato, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da proposta.

A CONTRATADA deve definir estratégia de trabalho que minimize inconvenientes aos usuários da edificação.

Os locais de carga e descarga dos materiais e de armazenamento provisório serão definidos em comum acordo entre a empresa contratada e o Gestor do Contrato.

A CONTRATADA deve providenciar a sinalização e o isolamento das áreas onde haverá armazenamento e movimentação de materiais para a estrutura porta paletes.

O TRESC disponibilizará os pontos de energia e fornecimento de água para a execução dos serviços.

Obriga-se a CONTRATADA a fornecer as ferramentas, instrumentos, equipamentos



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários.

Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, das legislações municipal, estadual e federal vigentes e das normas técnicas da ABNT, no que couber.

Todas as medidas e cotas apresentadas em croqui são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

As Notas Fiscais/Faturas serão emitidas e entregues ao Gestor do Contrato após autorização de faturamento, e deverão conter a discriminação e os quantitativos dos materiais instalados e serviços realizados.

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

O Gestor do Contrato somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

### **1.3. Instrumentos Formais**

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

### **1.4. Prazos de Garantia**

O prazo de garantia dos serviços é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do seu recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### **1.5. Acompanhamento do Contrato**

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato consistem na verificação, pela CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste. A gestão desta contratação será exercida pela Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura ou quem a substitua, em conformidade com o art. 67 da Lei n.8.666/1993.

A fiscalização terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exige a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas técnicas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SEA, preferencialmente pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br), ou pelo telefone (48) 98807-5233.

### **1.6. Recebimentos Provisório e Definitivo**

O recebimento provisório será realizado em até 15 (quinze) dias, após a comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme art. 73, inc. I, "a", da Lei 8.666/93.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a CONTRATADA terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, por comissão formada pelo Gestor do Contrato e pela Equipe de Fiscalização, com quórum mínimo de 3 (três) servidores, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da entrega da Nota Fiscal/Fatura, emitida conforme autorização da Fiscalização, condicionado ao cumprimento das obrigações contratuais.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 1.7. Qualificação Técnica

Além das exigências contidas no item 2.9.1 deste Projeto Básico, o responsável técnico pela elaboração do documento de Análise Preliminar de Riscos para trabalho em altura deverá ter especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho, comprovada através de Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo respectivo conselho de classe.

A equipe operacional deverá ser especializada nos serviços objeto desta contratação, com comprovação através de registro em Carteira de Trabalho ou contrato de serviço. Funcionários que forem executar trabalho em altura deverão possuir treinamento na NR-35 – Proteção para trabalho em altura.

### 1.8. Descumprimento Contratual

Além das penalidades previstas no item 1.10, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades limitadas ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do(s) contrato(s), em função das infrações elencadas a seguir:

TABELA 1 – PERCENTUAIS	
GRAU	R\$
1	1%
2	2%
3	3%
4	4%
5	5%



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar o serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual (EPI) e coletivo, quando obrigatórios.	2	Por ocorrência.
2	Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito.	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
53	Deixar de fornecer a seus funcionários todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização destes.	3	Por ocorrência.
4	Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
5	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
6	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência.
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
8	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

### 1.9. Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Contratação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

**Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:**

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

Para os fins do contido na alínea “h” do rol listado acima, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

Para os casos não previstos no segundo parágrafo, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESA as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução, na entrega dos documentos ou na entrega dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

- a) O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.